

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

REQUERIMENTO Nº _____ de 2003. (Do Sr. Leonardo Mattos)

Requer realização de Audiência Pública para discussão de Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aqüífero Guarani lançado no Uruguai no dia 22 de maio de 2003.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que sejam convidados os Srs. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos do MMA - Ministério do Meio Ambiente; Antonio Felix Domingues, Superintendente de Conservação da Água e do Solo da ANA - Agência Nacional de Águas -; O Sr. Ministro Pedro Fernando Brêtas Bastos, Chefe da Divisão da América Meridional I do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Clayton Campanhola, Diretor-Presidente da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisas AgroPecuárias; o Sr. Luis Amore, Secretário Executivo do referido Projeto, para participarem de Audiência Pública nesta Comissão, com a finalidade de apresentar à Comissão de Relações Exteriores e defesa Nacional em que consiste o Projeto “Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aqüífero Guarani”, lançado no Uruguai, no último dia 22 de maio de 2003 e quais as principais conclusões e recomendações do Seminário Técnico realizado naquela oportunidade, e que envolveu as Unidades Nacionais Executoras do Projeto.

JUSTIFICATIVA

Pretende-se, com a realização desta Audiência Pública, esclarecer em que consiste o “Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aqüífero Guarani”, quais os seus objetivos principais e que medidas nacionais e internacionais estão e estarão sendo tomadas, para a

preservação e utilização do Aqüífero. O mencionado Projeto, conforme a notícia da Radiobrás, está orçado em US\$ 26,7 milhões.

71% da área do Aqüífero Guarani localiza-se no Brasil, 6% no Paraguai, 4% no Uruguai e 19% na Argentina e constitui-se na maior reserva subterrânea de água doce do planeta, com 45 trilhões de metros cúbicos. As áreas do subsolo brasileiro que o integram encontram-se nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do Distrito Federal e praticamente todo o subsolo dos estados de S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul.

Há diversas denúncias de órgãos governamentais, como a Embrapa, e também de Organizações Não-Governamentais ambientais, a respeito da atual situação do manancial, cuja potabilidade tem sido ameaçada por agrotóxicos, depósitos de lixo, poços abertos sem técnica adequada, vazamento de combustíveis e dejetos da suinocultura. Destaca-se o perigo de contaminação por agrotóxicos das áreas de recarga situadas em regiões de intensa atividade agrícola, sendo necessárias medidas urgentes de prevenção e controle, para evitar prejuízos insanáveis.

Se os países do Mercosul, e principalmente o Brasil, não cuidarem desse precioso recurso natural, e particularmente, se não for buscada a sustentabilidade ambiental nos processos de produção agrícola, ter-se-á a rápida degradação do meio ambiente, e com ela, o comprometimento desse verdadeiro tesouro líquido, a desertificação, os alagamentos, os assoreamentos, as quebras de produção de alimentos e produtos alimentares contaminados e de má qualidade, agravando as doenças causadas pelo consumo de alimentos impróprios, a fome e a pobreza, consequências estas que estarão, inclusive, na contramão do que postula um dos principais programas do atual governo, o Fome Zero.

Sala da Comissão, de maio de 2003.

Deputado Leonardo Mattos – PV/MG